O PROBLEMA DA AQUISIÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS NO BRASIL

Aziz Ab'Sáber

A tarefa de comprar fotos aéreas em nosso país, para atender a finalidades universitárias, é um problema dos mais complicados e desanimadores. Isto porque diversas são as companhias que, entre nós, operam com serviços de levantamentos aerofotogramétricos, assim como diversas são as cidades onde as mesmas têm sede e oficinas. Cada uma delas, por outro lado, e muito compreensivelmente, possui orientação técnica ou científica diferentes, perseguindo a interesses e preocupações comerciais também diversos.

Quase tôdas estas companhias, surgidas nas últimas duas décadas, possuem laboratórios e oficinas no Rio, em São Paulo e em Petrópolis, operando entretanto, mercê das solicitações de seus clientes, em todo o território nacional. Por sua vez, os projetos de vôos para tomadas de fotografias aéreas variam desde a cobertura de áreas ou faixas equivalentes ou superiores a pequenos países europeus, até à escala de pequeninos projetos, de natureza quase doméstica, como aquêles que cobrem a área de uma fazenda, de uma fazendola, de terrenos para loteamentos urbanos ou suburbanos, uma cidadezinha ou um simples vilarejo isolado. Há que atender a todos os públicos e às exigências as mais bizarras de uma clientela quase sempre desorientada.

O resultado destas operações disparatadas nos explica porque a cobertura aerofotográfica atual do território brasileiro é a mais vasta e fragmentária colcha de retalhos de que se tem notícia. Muitas são as superposições ligadas a projetos diferentes, levados a cabo por companhias diversas. Grande tem sido, por outro lado, o desperdício por parte de instituições públicas que operam em condições por demais isoladas e sem qualquer preocupação de cooperação interdepartamental. Raros são os projetos realizados com convergência de interesses técnicos e científicos. E, muito mais rara

ainda, uma preocupação complementar, no sentido de fazer chegar às grandes universidades brasileiras uma parte desta excepcional documentação referente ao nosso território.

As próprias companhias de levantamentos aerofotográficos se deram conta disto. Frente à anarquia dominante, frente ao grande desperdício de dinheiro, tempo e material, e frente à desorientação flagrante dos pedidos em face dos objetivos visados, muitas delas, por mais de uma vez, procuraram orientar seus desavisados clientes, no sentido de atender aos seus próprios interesses técnicos ou financeiros, fornecendo documentos de seus arquivos e propondo soluções diversas para tarefas que continham dificuldades específicas.

De qualquer forma, porém, se houvesse um órgão central de documentação e orientação, permanentemente atualizado, para consulta de índices e fotografias — uma verdadeira Fototeca Nacional — muito mais simples seria a tarefa de verificação das áreas cobertas por diferentes companhias, em diferentes épocas e diferentes escalas.

Na realidade, nenhum órgão técnico ou científico de nosso país, tem o controle desses documentos essenciais da terra brasileira. E, a nosso ver, não seria nada difícil para as autoridades federais brasileiras — como se faz habitualmente com a edição de livros — tornar obrigatório o fornecimento de uma ou duas cópias de cada foto, e dos mosaicos sem controle que servem de índices para cada um dos projetos, para fazer parte de um arquivo central de propriedade do Governo brasileiro (Fototeca Nacional), mediante uma indenização também obrigatória do papel fotográfico gasto pelas companhias. Por seu turno, o próprio governo prestaria um belo serviço à ciência e à documentação geográfica do país, se comprasse sistemática e habitualmente cópias sobressalentes para uso de umas tantas fototecas regionais, localizadas junto às grandes universidades federais brasileiras. Com isto, essa documentação geográfica, de valor absolutamente inestimável, jamais se perderia para finalidades científicas, permanecendo arquivadas e à disposição imediata dos interessados idôneos, sejam eles técnicos, cientistas, militares ou meros particulares

///

Ao que pensamos existem quatro grupos de interessados na aquisição ou obtenção de aerofotos em nosso país, a saber: 1) setores militares; 2) setores universitários; 3) setores técnico-científicos estatais e para-estatais; e, 4) setores particulares, em geral. Não é preciso muita análise para se concluir

que os maiores interessados em documentos fotográficos de vôos já realizados são os membros de instituições universitárias e públicas, enquanto os setores militares tendem a exigir documentação cada vez mais atualizada e renovada. Assim sendo, mais do que os particulares interessados em cópias de fotos isoladas, são os departamentos científicos e técnicos os maiores interessados na obtenção de cópias de fotos tomadas em diferentes épocas, por diferentes companhias, em diferentes escalas. Portanto, é justo que tais usuários habituais, pertencentes a instituições essenciais para o desenvolvimento técnico-científico do país, paguem menos pelas fotos do território em que operam e pelo qual respondem, em diversos sentidos. Não se compreende que as companhias aerofotográficas possam opor embaraços à aquisição de tais fotos ou dêem um preço de tal forma elevado que venha a desanimar, de saída, os pesquisadores e as instituições interessadas.

Para regulamentar em definitivo o processo de aquisição de fotos, assim como a consulta das coleções de fotos pré-existentes, há que propor a ação de um intermediário idôneo e responsável — se possível oficial — que venha a cuidar do cadastro nacional das fotos, assim como de sua atualização permanente e divulgação periódica. Tal órgão central, que muito bem poderia ser chamado de Fototeca Nacional, teria entre outras funções a de providenciar a obtenção, por compra, de pares de fotos ou faixas de fotos, debaixo de preços acessíveis e honestos. Pensamos, nesse sentido, que para as universidades brasileiras, as fotos não podem ter um preço superior a duas vezes o preço de custo do papel nelas empregado. Mesmo porque dentro desse princípio algumas de nossas grandes universidades de funções regionais, através convênios bem feitos com as companhias de aerofotos, poderiam organizar gigantescas e operantes fototecas regionais, as quais, à moda das grandes bibliotecas centrais, poderiam atender a todos os departamentos e instituições interessadas em foto-análise.

Não há que esquecer nunca que boas fotografias valem tanto como bons livros, sintetizando fatos geográficos integrais, superiores a qualquer outro tipo de documentação regional generalizado, que porventura se possa intentar. Nada mais justo, portanto, que se provoque a reunião sistemática de tal documentação excepcional, em edifícios apropriados, para consulta e análise por parte de quem quer que seja, e sobretudo para aqueles que pertencem aos quadros de instituições técnicas, universitárias ou estatais.